

A DISCIPLINA SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO EM MATO GROSSO DO SUL (1999-2006)

Silvia Helena Andrade de Brito

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
shbrito@terra.com.br

Kátia Karine Duarte da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
katiakarine@gmail.com

Resumo: Este trabalho aborda o retorno da disciplina Sociologia ao ensino médio em Mato Grosso do Sul, com a proposta “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, vigente entre 1999 e 2006. Visa analisar a reinserção da disciplina e as relações deste processo com as políticas educacionais no âmbito local. O procedimento metodológico inclui a análise de documentos e da legislação federal pertinente. Observou-se que o programa, com a disciplina Sociologia, foi pensado como alternativa às propostas do governo federal, tendo passado por diversas etapas, determinadas por circunstâncias conjunturais locais e nacionais, dentro das quais a política pública local se materializou, entre 1999 e 2006.

Palavras-chave: ensino de sociologia; escola guaicuru; ensino médio

INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objeto o processo de retorno da disciplina Sociologia ao ensino médio público em Mato Grosso do Sul, ainda na condição de componente curricular, o que se deu mais especificamente a partir de 1999, com a proposta de reforma do ensino médio intitulada “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, desdobrada em dois períodos (1999-2002; 2003-2006), coincidentes com as duas gestões do chamado Governo Popular de Mato Grosso do Sul. Em que pese o fato de que houve mudanças na política educacional para o ensino médio nesse período, considera-se que, do ponto de vista do retorno da Sociologia, esses oito anos marcaram uma conjuntura única, iniciada pelas discussões que animaram a organização da Escola Guaicuru (1999), e fechando-se com a edição e implantação dos “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul” (2004-2006). O objetivo do trabalho é desvelar como se deu a reinserção da disciplina na rede estadual de ensino e qual foi o diálogo estabelecido entre este processo e as políticas públicas de educação no âmbito local.

É importante lembrar, contudo, que o processo ocorrido em Mato Grosso do Sul é parte de um movimento mais amplo que, desde os anos finais da década de 1980, foi identificado pelo Sindicato dos Sociólogos de São Paulo como um novo marco na luta pelo retorno da Sociologia à escola média, no bojo da promulgação das constituições das unidades federativas, a partir de outubro de 1989 (CARVALHO, 2004).

Ressalta-se ainda que, no contexto da década de 1990 – momento marcante do pensamento neoliberal no Brasil – implantaram-se/implementaram-se várias reformas educacionais. Nesse sentido, a proposta educacional hegemônica tinha como uma de suas orientações principais a Teoria do Capital Humano. Como analisa Saviani (2007, p. 428), naquele momento a educação passou a ser entendida numa perspectiva produtivista, visto que a educação foi reafirmada em sua condição de “[...] investimento em capital individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis”, na medida em que “[...] amplia as condições de empregabilidade do indivíduo”.

Apartir destas bases, os ajustes apresentados no governo FHC – expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a partir da implantação e implementação de um projeto pedagógico pautado nos princípios da flexibilidade, autonomia, identidade, diversidade, interdisciplinaridade e contextualização – tiveram como objetivo fundamental um ensino médio vinculado à “preparação” para o mundo do trabalho. Os pressupostos que orientavam tais documentos tinham como alicerce os quatro pilares ditados pela UNESCO: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser (SARANDY, 2004).

Tais questões revelavam uma forma empresarial de pensar-se a reforma educacional, partícipe de um conjunto de mudanças que se refletiram nas bases pedagógicas e na perspectiva administrativa (SAVIANI, 2007), levando a uma reorganização das redes de ensino em todo o país. No caso do ensino médio, esta concepção se expressou no Decreto n. 2208/97, baseado numa concepção dualista que reforçava a distinção entre a preparação para o trabalho (ensino médio profissional) e a formação para a continuidade dos estudos (ensino médio de formação geral) (OLIVEIRA, 2009).

Neste contexto, o gradativo retorno da disciplina Sociologia ao currículo da escola média brasileira foi possível a partir das finalidades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que expressa, em seu art. 36, que o educando do *ensino médio* deve desenvolver “(...) domínio dos *conhecimentos* de Filosofia e *Sociologia* necessários ao exercício da *cidadania*” (BRASIL, 1996. Os grifos são nossos).

O projeto de lei que implantaria a Sociologia no ano de 2001 foi vetado pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), como lembra Carvalho (2004), momento em que o Brasil vivia o auge do neoliberalismo. Condizente com as diretrizes impressas à política educacional naquele momento histórico, a Lei que regulamentaria o ensino de Sociologia teve um entendimento, por parte dos representantes do Ministério da Educação, de que não era obrigatória sua inserção como disciplina autônoma e que esta deveria estar presente nas áreas de conhecimentos já definidas.

Já nos anos 2000, como parte das propostas do governo Lula da Silva, nova reforma foi imposta ao ensino médio, visando a oferta do Ensino Médio Integrado – EMI (Decreto n. 5154/2004). Para Oliveira (2009, p. 53), este fato permitiu voltar a “[...] destacar [que] a importância da articulação entre a formação geral e a formação profissional ainda se coloca

como pedagógica e politicamente importante”. Em outras palavras, segundo o mesmo autor, reafirma-se que “[...]a luta política por um Ensino Médio que objetive a formação ‘integral’ dos educandos impõe-se como necessária e consequente”.

Foi dentro deste cenário histórico que se deu a reinserção da disciplina Sociologia na escola média. A partir daí, é possível entender-se as especificidades deste processo em Mato Grosso do Sul. Como dito anteriormente, a Sociologia começou a fazer parte do currículo escolar no início do Governo Popular, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, que tinha como projeto político educacional a Escola Guaicuru, que será apresentada a seguir.

O PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL ESCOLA GUAICURU

Considerando o período abrangido por este trabalho, em 1999, havia no Estado de Mato Grosso do Sul 343.541 crianças na faixa etária abrangida pelo ensino fundamental (7 a 14 anos), sendo que 34.955 não se encontravam na escola (10,2% do total) (MATO GROSSO DO SUL, 1999). Visando combater esse problema em particular, e acreditando no papel fundamental a ser exercido pela educação num “[...] projeto estratégico de transformação social, colocando-se como alternativa na disputa com os projetos neoliberais no campo educacional” (IBID., p. 13), foi articulado o projeto político-educacional Escola Guaicuru¹.

O objetivo fundamental do projeto era construir uma escola pública unitária, acessível a todos, que se apresentaria como alternativa à perspectiva tecnocrática neoliberal, então vigente em termos de governo federal. Às propostas dessa última, centradas numa educação voltada para a competitividade, visando a inserção do sujeito-educando e do país nos mercados local, nacional e internacional, contrapunha-se um projeto baseado nos interesses dos trabalhadores, cuja preocupação central deveria ser a formação geral de alunos e professores para o exercício da cidadania, por meio da apropriação e reelaboração dos conhecimentos produzidos no contexto social (MOVIMENTO MUDA MATO GROSSO DO SUL, 1998).

Para sua execução, o projeto centrava-se em três eixos fundamentais: democratização do acesso (proporcionar as condições para aumentar a cobertura, permanência e progressão do aluno da rede pública); democratização da gestão (fomentar a participação de todos os segmentos – professores, funcionários, alunos, pais e outros atores sociais – nas decisões que envolvessem a escola); alcance da qualidade social² da educação (priorizar a formação do professor, envolvendo o conhecimento científico especializado e a formação política) (MATO GROSSO DO SUL, 1999). Cada um dos eixos, por sua vez, abrangia um conjunto de programas e metas a serem materializados ao longo dos quatro anos da gestão do governo estadual. Remetendo a aspectos norteadores comuns a todos os programas, e que posteriormente terão desdobramentos na forma como as diretrizes da Escola Guaicuru para o ensino médio serão entendidas, destacam-se: 1. quebra do parâmetro neoliberal responsável pela focalização das políticas públicas educacionais no ensino fundamental, abrindo espaço para o fortalecimento e valorização das outras etapas e modalidades de ensino, entre elas o ensino médio. Esse processo deveria partir da discussão de princípios, passando pelos currículos e chegando até a questão

financeira; 2. fortalecimento do saber científico e tecnológico, visto como aspecto básico da formação para a cidadania. Isso implicaria, por um lado, numa mudança teórico-metodológica, que partiria, necessariamente, da problematização da organização do trabalho didático, tal como se materializara até então no contexto da escola, abrangendo os currículos e o instrumento de trabalho fundamental do professor, o livro didático. Por outro, tais aspectos teriam como suporte material o acesso à informática, não só para o gerenciamento e suporte administrativo para as mudanças pretendidas mas sobretudo como ferramenta do trabalho do professor em sala de aula; 3. formação inicial e continuada do profissional da educação, peça chave para o processo de “[...] construção e difusão do conhecimento e da cultura.” (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 19). Baseados na diretriz de que a escola única devia ser de formação geral para todos (e não dicotômica, ou seja, de acesso ao conhecimento geral para uns, e de formação para o mercado de trabalho, para outros), a Escola Guaicuru elegeu a valorização dos trabalhadores em educação como um de seus princípios, o que incluiria contemplar o alargamento de sua competência técnico-política para o exercício da docência; 4. gestão democrática e participativa da educação, que incluiria o gerenciamento colegiado das unidades escolares, com o incentivo à formação dos grêmios estudantis e o fortalecimento de práticas já estabelecidas na rede estadual de ensino, como o colegiado escolar e a eleição direta dos diretores.

A concretização dessa proposta, igualmente, forjou a iniciativa de realização de uma Constituinte Escolar, que teve como resultado a construção do Plano Estadual de Educação, em 2001. No caso sul-mato-grossense, atendendo à diretriz nacional imposta às unidades federativas pela LDBEN de 1996, pretendia-se que esse documento e o processo constituinte fossem a base de uma disputa pela mudança dos princípios até então defendidos pelo governo federal para a educação no país (ARANDA & SENNA, 2005; PERONI, 2004).

A partir dessas propostas fundamentais, podemos considerar, de acordo com Souza (2005), a existência de três momentos no processo de implantação da Escola Guaicuru: a) o primeiro momento, que vai de janeiro de 1999 a junho de 2001, coincidindo com o período de realização da Constituinte Escolar; elaboração da coleção “Cadernos da Escola Guaicuru” (números 2, 2 e 2.1³), nos quais era discutida a fundamentação teórica do projeto; aprovação da legislação complementar, que estabelecia as bases da Escola Guaicuru (currículo, instituição das aulas programadas, trabalho com projetos, entre outros);

b) o segundo momento, que vai de meados de junho de 2001 a 2002, quando foi mudada por duas vezes a titularidade da pasta da Educação em Mato Grosso do Sul. No contexto aberto a partir dessas mudanças, a Escola Guaicuru passou a chamar-se Escola do Governo Popular, embora tenham ainda se desdobrado nesses anos ações que já haviam sido acordadas pelos gestores que deixavam a Secretaria da Educação, com a utilização de verbas do Promed⁴. Entre as ações previstas e executadas entre 2001 e 2002 estiveram a capacitação dos representantes de professores, coordenadores pedagógicos, assessores técnicos e diretores; a contratação de consultores, responsáveis pelas propostas para a produção dos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio (RCEM) e a segunda edição das *Perspectivas pedagógicas para o ensino*

médio. Embora tenha havido o abandono de várias diretrizes emanadas da Constituinte Escolar, principalmente no campo do currículo ainda permanecem as contribuições dos debates iniciados nos anos anteriores;

c) no terceiro momento, que vai de 2003 a 2006, com a reeleição do mandatário estadual do Governo Popular, voltou à cena da Secretaria de Educação a assessoria que fora responsável pela fundamentação teórica do projeto original da Escola Guaicuru. Assim, os *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio de Mato Grosso do Sul* (2004a; 2004b; 2004c) expressaram, por um lado, um novo momento de colaboração desses profissionais, com a retomada de diretrizes que haviam sido referendadas nos primeiros anos do Governo popular; por outro, essa participação já não era acompanhada por um esforço coletivo de debates em torno da temática educacional, como se dera em 1999-2001, com a Constituinte Escolar e outras iniciativas congêneres.

O ENSINO MÉDIO E SEU CURRÍCULO NAS PROPOSTAS DA ESCOLA GUAICURU: COMO FICOU A SOCIOLOGIA (1999-2002)

As propostas apresentadas pela Escola Guaicuru para o ensino médio partiram das críticas à forma como essa etapa da educação básica aparecia nas políticas neoliberais, a saber: não era prioridade, no que dizia respeito ao acesso, o que dificultava, inclusive, o seu financiamento; quebrava o caráter universal do projeto de escola comum, quando instituiu a profissionalização como meta, por meio do fortalecimento do ensino profissional, por um lado, e a formação geral, por outro; ao insistir na idéia de formar o jovem para o mercado de trabalho, reeditava a crença da Teoria do Capital Humano, enfatizando que o investimento em educação deve ser visto como investimento produtivo para a sociedade e para o indivíduo (MATO GROSSO DO SUL, 2000a).

Considerando a necessidade de construir um projeto político-pedagógico que visasse o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a superação dos limites do neoliberalismo presentes no plano federal, a Escola Guaicuru projetou a constituição do ensino médio em Mato Grosso do Sul voltado para a formação geral, alicerçada em três eixos: 1. formação cultural, que possibilitasse ao discente “[...] a apropriação dos elementos culturais produzidos pelo homem, ao longo de sua caminhada histórica e a consciência da produção cultural de um povo como instrumento fundamental na formulação de novos princípios e valores sociais.” (IBID., p. 18); 2. formação econômica, resgatando a história da sociedade capitalista, entendida como fruto do trabalho desenvolvido pelo homem na história. Ao tratar das relações de trabalho no capitalismo, esse debate levantava a reflexão acerca do papel dos trabalhadores na produção do capital, seus avanços e limites, tanto no campo econômico como político; 3. formação política, que resgatasse a relação entre teoria e prática, ou seja, a necessidade de que formação cultural e formação econômica fossem pensadas como bases para uma cidadania ativa, envolvida num projeto coletivo de transformação da realidade social.

Partindo da diretriz de uma escola única, a proposta da Escola Guaicuru vai enfatizar a

articulação entre a base comum de formação geral, definida nos PCN para o ensino médio a partir das três áreas do conhecimento (Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias), e a parte diversificada, onde se produziriam as condições para o aprofundamento dos eixos básicos (formação cultural, econômica e política). Nessa última, a partir da definição de unidades temáticas, os alunos seriam incentivados ao estudo e pesquisa que permitissem o aprofundamento dos conhecimentos sistematizados na formação geral, inclusive problematizando esse conhecimento. Prevvia-se para tal o acesso a recursos de mídia, biblioteca, internet e videoteca que redundassem na elaboração de novos materiais, com a mediação dos professores e respectivas disciplinas (MATO GROSSO DO SUL, 2000a).

Cabe observar, na articulação entre a base comum nacional e a parte diversificada do currículo, alguns aspectos que serão significativos para a elaboração do “Plano Curricular Unificado do Ensino Médio” (MATO GROSSO DO SUL, 2000c; MATO GROSSO DO SUL, 2001d): a) a forma como era entendida a unidade entre os conteúdos da base comum nacional e da parte diversificada do currículo, construída a partir da unidade teórico-metodológica, em outras palavras, uma determinada visão de homem e sociedade informava o currículo⁵; b) garantida a unidade do Plano Curricular por meio de seus pressupostos teórico-metodológicos, a sua materialização por áreas do conhecimento, predominante nas atividades da parte diversificada, ou por disciplinas, atendendo a especificidade da base comum nacional, permitia pensar numa perspectiva de totalidade para esse conjunto⁶.

Com base nesses pressupostos, foi implantado a partir de 2001 o “Plano Curricular Unificado do Ensino Médio”, regulamentado pela Secretaria de Estado da Educação ao final do ano de 2000 (MATO GROSSO DO SUL, 2000c). Nesse último vai encontrar-se a Sociologia, pensada enquanto componente curricular da subárea *Ciências Sociais*, uma das disciplinas que englobavam a base nacional comum do currículo, na área *Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Destaca-se que as Ciências Sociais, no Plano Curricular, abrangia conhecimentos referentes às disciplinas Filosofia e Sociologia. Para o desenvolvimento dos conteúdos das Ciências Sociais eram previstas duas horas/aula semanais, tanto no turno diurno como no ensino médio noturno.

Além disso, no Plano Curricular a parte diversificada⁷ do currículo, prevista na LDBEN, seria utilizada para o aprofundamento dos eixos básicos, visando a formação cultural, econômica e política do aluno. Mais especificamente, tinha-se como propósito que a parte diversificada permitisse o *exercício* do aluno dentro dos eixos formadores, entendido esse exercício como a utilização dos conhecimentos assegurados pelas áreas do conhecimento da base nacional comum para a análise do real. Assim, projetos científicos e artísticos, seminários e oficinas seriam desenvolvidos por meio de aulas programadas⁸, com quatro horas/aula semanais disponíveis para essa atividade no ensino médio diurno, e cinco para o ensino médio noturno. A escolha entre a localização da aula programada no turno escolar (1º ou 5º tempo) ficava a critério da escola.

Para viabilizar as atividades de pesquisa, portanto, a aula programada seria um momento contabilizado como de estudos e pesquisas, inclusive extra-escolares, para o aluno, e de planejamento e orientação das atividades para o professor, que permanecia disponível no espaço escolar para o atendimento necessário.

Considerando o Plano Curricular no seu conjunto, a Sociologia apareceria em dois momentos: na condição de componente curricular da disciplina Ciências Sociais, juntamente com a Filosofia; e na parte diversificada, compondo parte dos instrumentais analíticos de que dispunham o aluno e professores para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa. A partir desse contexto e atendendo a uma solicitação das escolas com relação aos conteúdos a serem trabalhados na disciplina, a Secretaria de Educação, em ofício circular de fevereiro de 2001, ou seja, no início do ano letivo, encaminhou às escolas uma sugestão de unidades temáticas que poderiam contemplar (MATO GROSSO DO SUL, 2001a) a disciplina Ciências Sociais e seus dois componentes curriculares.

Na parte introdutória do documento, denominada “A Sociologia e o ensino médio” (IBID.) foram apresentados alguns princípios que norteavam o entendimento de como a disciplina deveria ser tratada na proposta da Escola Guaicuru: a) como conjunto de conhecimentos científicos que possibilitaria entender as contradições e desigualdades existentes na sociedade capitalista, e compreender também a escola inserida na sociedade; b) como subsídio teórico necessário para o enfrentamento dos problemas existentes na sociedade, visando a superação ou amenização dos mesmos problemas. Para alcançar esses objetivos, a proposta era partir das obras dos clássicos da Sociologia: Augusto Comte e Émile Durkheim, representando a tradição acadêmica da Sociologia; e Karl Marx, representando a tradição socialista da Sociologia.

Em sua segunda parte, o documento apresentava um detalhamento das cinco unidades temáticas (introdução; indivíduo e sociedade; cultura e sociedade; trabalho e sociedade; movimentos sociais) e seus respectivos conteúdos, sugeridos para o desenvolvimento da Sociologia no currículo do ensino médio.

Visando atender a uma necessidade imediata, percebem-se nessa proposta aspectos próprios a um momento de transição: o eixo norteador de cada unidade temática foi sugerido com base nos conceitos sociológicos fundamentais (indivíduo e sociedade; cultura e sociedade; trabalho e sociedade; movimentos sociais) e não propriamente baseado numa unidade teórico-metodológica, como era a intenção expressa na proposta político-pedagógica da Escola Guaicuru (MATO GROSSO DO SUL, 2000a).

Essa mudança seria paulatina, e estava prevista para ser iniciada a partir do segundo semestre de 2001, com uma primeira etapa de capacitação dos professores do ensino médio. Tal capacitação, contudo, não aconteceu dada a troca dos titulares da pasta da Educação, acontecida em junho de 2001 e em abril de 2002, resultando no abandono progressivo de parte dos objetivos do projeto inicial. Manteve-se, contudo, o Plano Curricular Unificado do Ensino Médio até o final dessa gestão, vindo a sofrer alterações apenas na gestão seguinte do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.

O ENSINO MÉDIO E SEU CURRÍCULO NAS PROPOSTAS DA ESCOLA GUAICURU: COMO FICOU A SOCIOLOGIA (2003-2006)

O marco desse terceiro momento do projeto político-educacional Escola Guaicuru foi a elaboração e publicação dos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio (MATO GROSSO DO SUL, 2004a; 2004b; 2004c). Sua aprovação e publicação, contudo, deu-se num momento histórico distinto daquele que marcou as discussões da Escola Guaicuru em seus primórdios.

Nesses termos, uma primeira mudança ocorreu em abril de 2003, quando a Secretaria de Educação diminuiu a carga horária da parte diversificada do currículo, deixando ainda a critério de cada escola, no período diurno, a escolha de qual tempo utilizaria para desenvolver os seus projetos de pesquisa ou ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2003). Já em 2004, a Secretaria realizou uma outra mudança nos currículos, retirando a carga horária destinada à parte diversificada, que foi incorporada às horas/aulas das disciplinas. Deixou de existir, dessa forma, a perspectiva da aula programada enquanto espaço de desenvolvimento de um projeto de pesquisa ou de ensino, de estabelecimento de discussões coletivas entre os professores e desses com os alunos, visando a construção coletiva de conhecimento.

Com essas mudanças em curso, foram publicados os *Referenciais Curriculares para o ensino médio de Mato Grosso do Sul*, organizados em três volumes, cada um deles referente a uma das três áreas do conhecimento: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Linguagens, códigos e suas tecnologias. A organização interna de cada volume incluía dois eixos: o primeiro, com textos de fundamentação teórica, tratando da história e desenvolvimento daquela área particular do saber humano. Num segundo momento, foram apresentados três temas, a saber: o mundo antigo (as civilizações grega e romana), a Europa medieval (o mundo feudal e a transição para a modernidade) e a modernidade (o desenvolvimento da modernidade e a era dos monopólios e a crise da modernidade). Desenvolvendo esses temas foram introduzidos os principais elementos que marcaram as reflexões de cada uma das disciplinas ao longo da história humana. Fechando cada volume, tratou-se de considerar também a questão da avaliação do conhecimento; a devolutiva social e o uso das tecnologias da informação no ensino médio.

Além dessa parte comum, cada área tratou de forma particular a abordagem a ser realizada pelo coletivo de professores a elas vinculados. Em função disso, os Referenciais Curriculares para a área de Ciências Humanas e suas tecnologias estabeleceu como tarefa do professor o conhecimento das “novas idéias” (MATO GROSSO DO SUL, 2004b), seu estudo e divulgação aos alunos, por meio de um “fazer didático” renovado. Indicam, como procedimentos a serem seguidos nessa direção: a) a pesquisa dos textos clássicos, visto que os referenciais não seriam senão reflexões acerca de cada unidade temática em questão; b) a transformação dessas leituras e pesquisas em temas para debate e discussão, em sala de aula, pelos alunos; c) o planejamento dos procedimentos a serem seguidos por cada área de conhecimento, uma vez que “isto evitará assuntos excessivamente repetitivos, facilitará a avaliação e a devolutiva social.[...] Se o planejamento não for em conjunto, com certeza ficará redundante o trabalho isolado de cada

professor” (IBID., p. 10). Ou seja, abandonou-se a perspectiva de uma ação intencional do órgão gestor no sentido de direcionar a ação educativa, de forma coletiva, para uma nova organização do trabalho didático, tal qual se anunciava na proposta político pedagógica da Escola Guaicuru para o ensino médio (IDEM, 2000a). No projeto agora assumido pela Secretaria de Educação, as mudanças seriam de responsabilidade do professor, fruto de seu esforço individual, inclusive para disponibilizar espaço em sua carga horária para estudo.

Com o objetivo de colaborar no alargamento da visão de mundo do jovem em direção a uma cidadania consciente, o currículo apresentado propunha ainda três conjuntos de questões, embora não esclarecendo de que forma elas se aglutinariam no trabalho do professor: 1. a história da constituição da Sociologia enquanto ciência (o estudo dos clássicos da Sociologia – Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx); 2. a contribuição da Sociologia para o conhecimento das sociedades anteriores à sociedade capitalista (momento em que conhecimentos sociológicos e históricos se confundem, embora a Sociologia, a rigor, tenha como objeto fundamental a sociedade capitalista); 3. passado, presente e futuro da sociedade capitalista, incluindo temáticas como urbanização, a questão da mulher, ambientalismo, as diversidades e desigualdades, entre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2004b).

Interessante notar que o texto reconhece, por um lado, que nesse início do século XXI, em Mato Grosso do Sul, quando se pleiteava o retorno da Sociologia aos currículos do ensino médio, “[...] uma primeira e grande dificuldade a ser enfrentada é a insuficiência de profissionais habilitados para trabalhar esse conteúdo” (MATO GROSSO DO SUL, 2004b, p. 52). Por outro lado, no entanto,

em que pese o desafio, ele poderá ser vencido, principalmente, porque o estudo da Sociologia não deve ficar restrito ao exame do referencial teórico das diferentes escolas que formaram este corpo de conhecimento mas, também, e sobretudo deve focalizar as questões imediatas da sociedade que integramos, tornando viva esta abordagem. (MATO GROSSO DO SUL, 2004b, p. 53)

Comentando essas observações, segundo dados coletados por Souza (2005, p. 106), em 2004, na rede estadual de ensino, havia 14 professores habilitados para trabalhar com os conteúdos das Ciências Sociais (Sociologia e Filosofia), sendo que desse conjunto, 5 eram efetivos e 9 contratados. A grande maioria dos professores lotados na disciplina não era habilitada para trabalhar as Ciências Sociais (563 professores no total, sendo 120 efetivos e 443 contratados). Para contornar esse problema, desde o ano de 2001 haviam sido referendados os seguintes princípios para a lotação de professores: 70,0% da carga horária do professor deveria estar dentro da área principal de sua especialização, e até 30,0% dentro da mesma área de conhecimento, embora voltada para outras disciplinas. A lotação de professores para a disciplina Ciências Sociais deveria se fazer preferencialmente com os habilitados em Sociologia, Filosofia e Psicologia e, complementarmente, com os habilitados em História (MATO GROSSO DO SUL, 2001b).

Apesar disso, a observação seguinte, minimizando o problema da falta de professores habilitados em Sociologia, uma vez que “as questões imediatas da sociedade” seria a parte

fundamental das discussões a serem travadas com os alunos, traz uma preocupante sugestão de que apenas para o conhecimento dos clássicos seria necessária a presença de um especialista da área. Dois comentários caberiam aqui. Primeiramente, sendo a Sociologia uma ciência que surgiu com o intuito de explicar a sociedade capitalista, seu instrumental clássico continua sendo contemporâneo, pois como lembra Sartre (1979, p. 11. Grifo do autor.), “[...] a filosofia permanece eficaz enquanto vive a *praxis* que a engendrou, que a sustém e é por ela iluminada.” Então, as questões estruturais tratados pelos clássicos e, sobretudo, seus métodos, continuam atuais porquanto tratam de uma sociedade ainda viva, a capitalista. Em segundo lugar, se é verdade que conhecer esse cabedal não é exclusividade do profissional da Sociologia e nem exigiria, *exclusivamente*, a sua presença, não é verdadeira a afirmação de que, em se tratando de temas contemporâneos, seja menos necessário o domínio dos referenciais clássicos.

A parte seguinte da fundamentação teórica aborda a apresentação de excertos e comentários sobre as principais categorias engendradas por Durkheim, Weber e Marx.

Na última parte dos Referenciais Curriculares aparecem os temas e respectivas unidades temáticas, organizadas, como visto anteriormente, a partir de um critério cronológico: o mundo antigo, a Europa medieval e a modernidade. Em cada uma dessas divisões cabem de uma a duas unidades temáticas, onde aparece um texto introdutório. Após todos os textos introdutórios segue a parte dedicada a comentários sobre os procedimentos didáticos a serem utilizados em sala de aula: procedimentos de leitura (obras clássicas e textos de enriquecimento para professores e alunos; filmes e outras manifestações artísticas a serem exploradas); pesquisa e produção de textos (sugestões de temas que poderiam servir como geradores de pesquisa e de monografias para os alunos); textos fundamentais (conjunto de obras – clássicas e de comentaristas – que poderiam enriquecer o trabalho didático).

Fechando essas observações a respeito dos Referenciais Curriculares para o ensino médio em Mato Grosso do Sul e a Sociologia, importa observar, como dito ao início desse trabalho, que esse documento fechou o segundo ciclo das reformas iniciadas em 1999.

Ao mesmo tempo, o esgotamento do projeto político-pedagógico Escola Guaicuru acontece em um momento – os anos finais da primeira década do século XXI – em que: por um lado, no contexto nacional, se avizinham propostas de reformulação tanto das diretrizes curriculares nacionais como dos PCN para o ensino médio; por outro, a volta definitiva da Sociologia e da Filosofia, enquanto disciplinas, para o ensino médio, trarão desdobramentos do debate já iniciado, no final dos anos 1990, sobre essa fase do processo recente de sua história enquanto disciplinas escolares.

(Endnotes)

NOTAS

- 1 A denominação Guaicuru era uma referência a um dos agrupamentos étnicos que estiveram presentes no território sul-mato-grossense no período colonial (mais especificamente a partir do século XVIII), cujos descendentes formam hoje o grupo indígena Kadiwéu. Cf. BRITO, 1995; ALVES, 2008.
- 2 A categoria qualidade social da educação merece uma discussão mais aprofundada, visto que remete ao entendimento do que vem a ser qualidade na sociedade capitalista, o que não se coaduna com os limites impostos a este trabalho. Para tal, cf. CAMARGO, 2005, p. 112 et seq.
- 3 Vide bibliografia *in fine*.
- 4 “Em 1998 a Secretaria de Estado de Educação aderiu ao Programa do MEC ‘Reforma e Expansão do Ensino Médio’ (Promed), cujos objetivos seriam os de equipar escolas e capacitar professores (SOUZA, 2005). Pontua-se que tal programa foi financiado bilateralmente entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)” (FERNANDES & ÁVILA, 2008, p. 5). Esse financiamento, segundo Fernandes & Ávila (2008) e Souza (2005), voltou a ser utilizado na gestão do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.
- 5 A perspectiva teórico-metodológica eleita foi a marxista. A leitura de seus documentos referenciadores, contudo, revela a heterogeneidade das concepções de mundo – de ideologias, portanto, na concepção gramsciana da categoria (GRAMSCI, 1991) – presentes na proposta, expressão das diferenças que se colocavam, no palco político sul-mato-grossense, naquele momento histórico, no interior do Estado. A unidade teórico-metodológica pretendida pelo projeto, portanto, ainda não se fazia acompanhar, *pari passu*, pelo convencimento, pela hegemonia de seus princípios entre todos os atores sociais envolvidos em sua materialização, nem mesmo em termos de proposta. O ecletismo perpassava todo o documento, como visto na discussão acerca do que seria cultura (MATO GROSSO DO SUL, 2000a): discute-se o resultante do processo cultural, o produto, mas não as determinações de que resulta (o processo social). Isso não é de se estranhar, visto que subjacentes ao projeto estavam várias concepções de cultura, ora entendida na sua relação com o conjunto da produção da sociedade capitalista, e por ela determinada; ora como manifestação das diversidades locais, expressa na própria denominação Guaicuru.
- 6 É importante destacar ainda que para a para a materialização da proposta e, principalmente, para a garantia da unidade metodológica, ou seja, para que o professor se apropriasse de um dado “[...] conjunto de procedimentos **informados por uma** teoria que lhes imprime direção” (MATO GROSSO DO SUL, 2000a, p. 26. Grifos do autor.), no entanto, eram previstas algumas ações. A viabilização do trabalho didático a ser conduzido no sentido desejado envolveria a capacitação dos profissionais da educação; a reformulação da grade curricular; a constituição de um acervo de obras clássicas e bibliotecas virtuais nas escolas e a discussão desses pressupostos na Constituinte Escolar.
- 7 Na parte diversificada do Plano Curricular estavam incluídas também as disciplinas Língua Estrangeira Moderna, para ambos os períodos, e Educação Física, para o período diurno (MATO GROSSO DO SUL, 2000c).
- 8 O *Projeto Aulas Programadas* previa a utilização do primeiro ou do quinto tempo de aula para o desenvolvimento das atividades referentes à parte diversificada, e foi pensado inicialmente para atender os alunos do período noturno, frente a dificuldade desses discentes em desenvolverem suas pesquisas fora do tempo escolar, ou seja, “durante o dia” (MATO GROSSO DO SUL, 2000a, p. 32). O projeto, dessa forma, iniciou-se no primeiro semestre de 1999 em parte da rede de escolas médias estaduais. A partir da implantação do Plano Curricular Unificado do Ensino Médio, ou seja, a partir do ano letivo de 2001, a aula programada passou a integrar a carga horária de todas as escolas da rede (MATO GROSSO DO SUL, 2000c).

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. **Movimento Guaicuru e o índio: ou uma visão romântica do passado sul-mato-grossense**. Campo Grande: 2008.
- ARANDA, M. A. de; SENNA, E. A Constituinte Escolar da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001): acertos e desacertos com a democracia. **Série Estudos**, Campo Grande, n. 20, p. 153-174, jul./dez. 2005.
- BRITO, S. H. A. de. Produção/reprodução dos grupos indígenas na sociedade capitalista atual: um estudo sobre os grupos Kadiwéu e Terena de Mato Grosso do Sul. **Intermeio**, Campo Grande, v. 1n n. 2, p. 54-64, 1995.

CARVALHO, L. M. G. X. de. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. In: _____. **Sociologia e ensino em debate – experiências e discussões de sociologia no ensino médio**. Ijuí: UNIJUI, 2004. Introdução: p.17 - 60.

FERNANDES, M. D. E.; D’AVILA, J. L. A “**Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição**”: a relação entre gestão e financiamento para o ensino médio. Campo Grande: 2008.

FREITAS, D. N. T. de. Sistemas e escolas de educação básica: entre democratizar e compartilhar a gestão. In: SENNA, E. (Org.). **Trabalho, educação e política pública: estudos em educação**. Campo Grande: UFMS, 2003. p. 189-219.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **O ensino médio na Escola Guaicuru: proposta político-pedagógica para Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: 2000a. (Cadernos da Escola Guaicuru, 2).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Ofício circular n. 0015/2001**. Campo Grande: 2001a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Perspectivas pedagógicas para o ensino médio**. Campo Grande: 2000b. (Cadernos da Escola Guaicuru, 2.1).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Plano geral de capacitação de professores do ensino médio**. Campo Grande: [2001b].

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta de educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: 1999. (Cadernos da Escola Guaicuru, 1).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial para o ensino médio de Mato Grosso do Sul: área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias**. Campo Grande: 2004a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial para o ensino médio de Mato Grosso do Sul: área de Ciências Humanas e suas tecnologias**. Campo Grande: 2004b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial para o ensino médio de Mato Grosso do Sul: área de Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Campo Grande: 2004c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SED n. 1453/00**. Campo Grande: 2000c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SED n. 1561/01**. Campo Grande: 2001d.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SED n. 1629/03**. Campo Grande: 2003.

MOVIMENTO MUDA MATO GROSSO DO SUL. **Programa de Governo para Mato Grosso do Sul: Movimento Muda Mato Grosso do Sul – PT/PDT/PPS/PC do B/PAN/PSB**. Campo Grande: 1998.

- OLIVEIRA, R. de. Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 51-66, jan./abr. 2009.
- PERONI, V. M. V. Perspectivas da gestão democrática da educação na elaboração de políticas públicas: a constituinte escolar de Mato Grosso do Sul. **Série Estudos**, Campo Grande, n. 18, p. 49-62, jul./dez. 2004.
- SARANDY, F. M. S. **A Sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de Sociologia para o ensino médio no Brasil. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SARTRE, J. P. **Questão de método**. 4.ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SOUZA, Z. P. de. **A política de ensino médio do Estado de Mato Grosso do Sul**: investigando os princípios da proposta “O ensino médio na Escola Guaicuru” de 1999-2002. Campo Grande: 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.